

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARA JANETE DAL OSTO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO MILITINA PEREIRA ALVAREZ**

SÃO BORJA

2016

MARA JANETE DAL OSTO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA ESTADUAL DE
ENSINO MÉDIO MILITINA PEREIRA ALVAREZ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas - Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de graduada em
Ciências Humanas – Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardino
Colvero

São Borja

2016

MARA JANETE DAL OSTO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA ESTADUAL DE
ENSINO MÉDIO MILITINA PEREIRA ALVAREZ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas - Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de graduada em
Ciências Humanas – Licenciatura.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/07/2016.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua
UNIPAMPA

Prof. Dr. Muriel Pinto
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Sachet Dal Osto, professora de escola rural, sempre presente em meus pensamentos.

AGRADECIMENTOS

Ao esposo Adalberto, teu abraço, sempre me fortaleceu. Pelo incentivo e companheirismo dedicado.

Ao filho Laurence, nora Vanessa e meu neto amor Nicolas, pilares da minha trajetória de vida.

Aos familiares meu apreço.

A amiga e colega Carine Sisti, sua presença e dedicação para comigo, suavizaram meus espinhos. Caminhar ao teu lado fez toda diferença.

Aos meus amigos e professores mais queridos, em especial ao professor Ronaldo Colvero, meu orientador, pelo incentivo e exemplo do ser professor.

E a força maior de todas: Deus.

Gratidão a todos!

Minha franquia ante os outros e o mundo mesmo é a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada na Escola Ensino Médio Militina Pereira Alvarez, escola localizada na zona rural do município de São Borja – RS, para conhecer, discutir e explicar como está sendo realizado o trabalho pedagógico na escola, identificando a contribuição do professor para a realidade cultural dos alunos moradores de zona rural. Os objetivos específicos pautaram-se nas políticas públicas voltadas para a educação da escola rural. Realizando uma análise curricular procurou-se evidenciar se há relação dos conteúdos com a realidade vivenciada destes alunos. Analisou-se o projeto político pedagógico da escola e observou-se a prática pedagógica vivenciada por esta escola rural. Caracterizou-se o surgimento, a trajetória da educação rural no Brasil e os principais acontecimentos que fizeram emergir a educação do campo, como outra concepção de educação. Utilizou-se a pesquisa qualitativa como metodologia, a partir de entrevistas por meio de áudio transcrito e questionário. Como resultados destacam-se o interesse das professoras em articular os conteúdos com a realidade dos alunos, a valorização do homem do campo presente no projeto político pedagógico da escola e a consolidação da educação do campo, como sendo um novo paradigma que orientará o currículo e a prática pedagógica nas escolas.

Palavras-Chave: Currículo, educação do campo, políticas públicas.

RESUMÉN

Este trabajo es el resultado de la investigación llevada a cabo en Escuela Ensino Médio Militina Pereira Alvarez, situada en el campo de São Borja – RS, de conocer, analizar y explicar la forma en que se realiza el trabajo pedagógico en la escuela, la identificación de la contribución de la maestra a la realidad cultural de los estudiantes residentes de campo. Los objetivos específicos se basaron en las políticas públicas para la educación de la escuela rural. Hubo la realización de un análisis curricular trató de demostrar si una relación de contenido con la situación real de estos estudiantes. Analizado el proyecto político pedagógico de la escuela y la enseñanza de la práctica observada experimentado por esta escuela rural. Se caracteriza el ascenso, la trayectoria de la educación rural en Brasil y los principales acontecimientos que han surgido al campo de la educación, como otro concepto de la educación. metodología de investigación cualitativa se utilizó como punto de partida las entrevistas utilizando el cuestionario de audio y transcritas. Los resultados ponen de manifiesto el interés de los profesores en la articulación de los contenidos a la realidad de los estudiantes, el valor de este campo hombre en el proyecto político pedagógico y la consolidación de la educación rural de la escuela, como un nuevo paradigma que guiará el plan de estudios y la práctica docente en las escuelas.

Palabras clave: Currículo, educación del campo, políticas públicas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade.....	31
Gráfico 2 – Sexo	31
Gráfico 3 – Etnia	32
Gráfico 4 – Com quem você mora	32
Gráfico 5 – Na escola, gostaria de mudar	33
Gráfico 6 – Não gosto de morar no campo quando:	33
Gráfico 7 – Gosto de morar no campo quando:	34
Gráfico 8 – Qual a profissão que os pais ou responsáveis exercem?	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRE – Coordenadoria Regional da Educação

CPM – Círculo de Pais e Mestres

ENERA – Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

FMI – Fundo Monetário Nacional

MMC– Movimento das Mulheres Campesinas

MAB – Movimento Atacados por Barragens

MST – Movimento Trabalhadores Sem Terra

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência

PPP–Projeto Político Pedagógico

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.1 Políticas públicas para educação do campo	18
3 O RURAL E O URBANO	23
4 CURRÍCULOS DA ESCOLA RURAL.....	26
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	29
5.1 Entrevista com os responsáveis legais.....	29
5.2 Entrevista com os alunos	30
5.3 Entrevista com os professores	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2015 da escola do campo. A referida pesquisa busca aproximação do currículo escolar, documento que norteia o processo de ensino e aprendizagem, com a contextualização do espaço rural, a qual a escola está inserida. Averiguando o currículo do oitavo ano do ensino fundamental, do componente curricular de História. E as relações de políticas públicas voltadas para a escola do campo.

O currículo é algo a ser construído, vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos como o processo educativo. Portanto, “Tem por objetivo promover o conhecimento científico, tecnológico e artístico e, dessa forma contribuir para a formação de cidadãos” (PPP.E.E.E.M.M.P.A, 2015, p. 05).

A escola do campo atualmente é espaço em que a educação acontece de forma dinâmica. A escola trabalha conforme cumpre as diretrizes nacionais para escola do campo. Adota como alicerce a concepção que busca interação com condições sociais em que todo educando encontra-se inserido. Essa possibilita o reconhecimento do mesmo como sujeito ativo, pois escola é lugar de projeção na perspectiva de cidadania e dignidade humana.

Como hipótese principal de que as políticas públicas voltadas para a educação do campo não promovem uma aproximação curricular com a realidade da escola do campo. O Projeto Político Pedagógico da escola ocupa um espaço de constantes decisões e discussões. Ao planejar o PPP devem-se considerar estas duas dimensões do projeto. O pedagógico por implicar em situações específicas no campo educacional e trazer em sua estrutura a proposta que o aluno se desenvolva de forma integral. Onde suas necessidades sejam assistidas e direcionadas e possuir apoio pela “Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Professor Apoiador, Professores e alunos” (PPP.E.E.E.M.M.P.A., 2015, p. 15). O político por ser a forma social e coletiva em que todos os sujeitos da escola discutem o documento. E que fazem com que as diferenças sejam observadas, avaliadas e postas ao conhecimento e sua produção.

Esta pesquisa centrou-se fazer uma análise do currículo e Políticas Públicas para escolas do campo. Tendo por base que os espaços rurais também são formadores e dinamizadores das relações sociais entre os indivíduos. Desta forma meu objetivo é analisar como os professores, alunos ou responsáveis legais

participam desta construção, que é o currículo. Levando-se em conta se houveram mudanças no ensino curricular, a partir de políticas públicas que tenham aproximado, e conduzido esta comunidade escolar com a construção curricular que atenda as demandas vivenciadas pela mesma.

Gerando consonância entre a realidade que confere a sua estrutura e o que já está dado, programado. Esta pesquisa foi elaborada a partir do método dedutivo, junto à pesquisa qualitativa. Durante o período da pesquisa foi realizada junto à escola pesquisa diagnóstica, documental e bibliográfica. Bem como entrevistas com professores, alunos e responsáveis legais. A metodologia qualitativa confere ao pesquisador os métodos necessários para a obtenção dos resultados.

Em primeiro momento realizamos uma contextualização das políticas públicas, quanto as suas tipologias, e classificações. Em segundo momento as políticas públicas voltadas para a educação do campo, contextualizando o Manifesto da Escola Nova na intenção de superar o caráter dualista da educação, onde a escola rural era trazida como lugar de atraso ou de mão de obra técnica. Evidenciando o caráter da escola para o trabalhador do campo e a escola para a elite.

No terceiro momento a contextualização do espaço rural e urbano, caracterizando-os em suas singularidades e espacialidades. Num quarto momento o currículo da escola rural, habilidades e competências. E no quinto momento traremos os gráficos da pesquisa realizada com os alunos do oitavo ano do ensino fundamental, juntamente com as entrevistas dos responsáveis legais e os professores. E, por fim, a os resultados esperados da pesquisa, com a participação de onze alunos e cinco professores que gerem aula para o oitavo ano do ensino básico fundamental. O currículo analisado foi o do componente curricular de história.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Na educação básica, o Estado demonstra através das garantias dos direitos humanos a observância das leis que regem e delimitam a legislação do ensino público brasileiro. Constata Pinsky (2003) que todo o cidadão possui prevalência no alcance a saúde, educação, alimentação e todo o universo que estabelece seu bem estar político, social e econômico. Portanto, todas essas circunstâncias são estabelecidas pelos mecanismos que elaboram e asseguram politicamente a Legislação.

O termo política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p. 02). Pois é concebida como ação do exercício de poder dentro das organizações¹, e nas relações sociais. E, como dimensão de ação dentro “das organizações públicas, privadas e do terceiro setor” (SECCHI, 2013, p.01).

A conexão do termo políticas públicas está intrinsecamente ligado ao segundo sentido do termo política, “por se tratarem do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2013, p. 01).

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013, p. 04).

De acordo com Secchi (2013), descrever políticas públicas de alguma outra forma é totalmente dispensável, pois não se pode precisar quem tem a exclusividade na sua elaboração, estrutura e operacionalização.

O termo política pública conforme Saravia (2006) deve ser tomado como ponto de decisões que invistam no bem estar social. Com o intuito de manter e consolidar meios, onde modifiquem realidades que necessitem de melhoramentos. Promovendo bem estar social e transformações na sociedade apontadas por grupos participantes dos processos decisórios, atingindo variados fins.

¹Com relação à noção geral de organização, definida como “conjunto dos instrumentos (órgãos) escolhidos, predispostos e oportunamente coordenados por um indivíduo ou grupo, com vistas à consecução de determinados fins.” (ETZIONI, 1998, p. 852)

Ao buscar endereçar um problema que eventualmente esteja ocorrendo em dado lugar, um determinado ator governamental ou não governamental, não logra obter de sua ação uma solução para o fato. Essa intervenção não se configuraria como uma política pública. De acordo com Secchi (2013) aborda as políticas públicas como medidas de estratégias, delimitando assim as grandes estruturas, como as políticas agrária, educacional e ambiental.

Conforme o que traz “Na literatura das ciências políticas, os atores são todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política.” (SECCHI, 2013, p. 77). São eles que estabelecem os tipos existentes de atores, sendo divididos individualmente ou na coletividade. A figura abaixo demonstra a categorização dos atores:

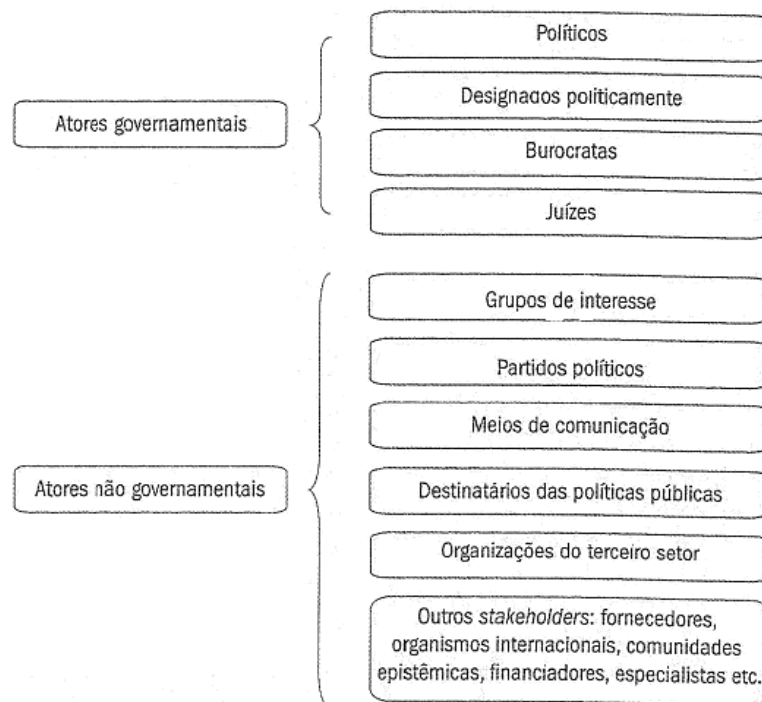


Figura 1 – Categorias de atores. (SECCHI, 2013, p. 79)

A descrição racional das políticas públicas, não se faz com determinado padrão que seja fácil de executar. Sua complexidade enfatiza que ela “não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado” (SARAVIA, 2006, p. 29). Definindo um enquadramento de variados parâmetros para a execução e aplicação da mesma. O que denota a complexidade de todo o processo, pois todas as medidas são avaliadas de acordo com as perspectivas citadas.

Demonstrando que o processo se verifica na forma que corresponda aos interesses de determinados grupos. “O estágio de maturidade de cada uma delas contribuirá, ou não para a estabilidade e eficácia das políticas, [...] para a limpidez dos procedimentos de decisão” (SARAVIA, 2006, p. 32).

Para isso, as políticas públicas, passam por determinados processos e especificações que as definem. Conforme Saravia (2006) estas etapas são distintas na América Latina, visto que passam pela formulação, implementação e avaliação.

É necessário, por exemplo, distinguir elaboração de formulação. A primeira é a preparação da decisão política; a segunda, a decisão política, ou a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica. A implementação também deve ser mais detalhada na América Latina. É necessário separar a implementação propriamente dita, que é a preparação para a execução (ou em outras palavras, a elaboração de planos, programas e projetos), na execução, que é por em prática a decisão política (SARAVIA, 2006, p. 32).

As distinções são elementos preponderantes na organização, e elaboração das políticas públicas, visto que abordam variadas etapas na execução. Essas etapas formalizam uma dimensão da teoria, que nem sempre são seguidas pela ordem, priorizando as que possuem maior urgência, que se estabelecem pelo critério financeiro. Pois estas incidem no desenvolvimento, levando-se em conta as articulações partidárias.

1) O primeiro momento é o da **agenda** ou da inclusão de determinado pleito [...] 2) O segundo momento é a **elaboração**, que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução [...] 3) A **formulação**, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, [...] 4) A **implementação**, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos [...]. 5) A **execução**, que é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. 6) O **acompanhamento**, que é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade [...] 7) A **avaliação**, que consiste na mensuração e análise, [...] (SARAVIA, 2006, p. 33 e 34).

De acordo com Saravia (2006) resultam na educação, saúde, previdência social, habitação, emprego e outros setores sociais, que se tornam marcadores essenciais que as delimitam.

Segundo Secchi (2013) para que não haja disputa e enfrentamento conforme interesse entre os atores, o analista de políticas públicas, se utiliza de tipologias² que o auxiliam a selecionar o conteúdo. A fim de deixar mais sucinto e discorrer a necessidade e enquadramento do objeto. Com maior precisão das variáveis, visa-se agilizar e dar efetividade com os resultados, uma vez que se esquematizam as prioridades. As tipologias são demonstradas de acordo com seus conteúdos, discorrendo suas especificidades elas se enquadram segundo critérios definidos por classificação.

Formulada como tipologia de Lowi, apresenta quatro tipos de políticas públicas, sendo a primeira: “**Políticas regulatórias:** estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos ou privados” (SECCHI, 2013, p. 17, grifo do autor). Sua aprovação ou não segundo o autor se dá através das disputas de forças que os atores empenham conforme os interesses manifestados pela sociedade. “**Políticas distributivas:** geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes” (SECCHI, 2013, p. 17, grifo do autor). O que se demonstra nesta política, é uma dificuldade maior em se delimitar quais são os beneficiados e beneficiários. Pois, esses, contam com o apoio de políticos que se organizam em prol das aprovações orçamentárias.

A terceira se apresenta como “**Políticas redistributivas:** concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores” (SECCHI, 2013, p. 19, grifo do autor). Segundo o autor ela se caracteriza como uma política de conflitos, Secchi (2013), pois envolvem cotas raciais, benefícios sociais, e reforma agrária, refletindo em duas forças elitistas, uma luta pela efetivação da política e outra contrária a ela. Esta política é desenvolvida no âmbito social, ela está implicada na garantia dos direitos sociais previstas na Constituição.

Uma conquista que obtivemos no âmbito das políticas públicas foi a recente aprovação das Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo (Parecer nº 36/2001e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional da Educação) (CALDART, 2002, p. 12).

² De acordo com Secchi (2013) tipologias são as formas de classificar os atores, estilos e instituições dentro de um processo de políticas públicas. Disponível em: <Ler mais: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/tipologias-da-politica-publica>> Acesso em 20, maio 2016.

Afirmando ao povo do campo condições de viver de acordo com o que o campo os contorna, não invadindo sua cultura, sua forma de viver no e do campo. Onde o povo do campo se articula na busca de políticas públicas que seja realizada a partir de suas ações e não pensadas por sujeitos que não estão inseridos no meio.

A quarta são as “**Políticas constitutivas**: [...] aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas” (SECCHI, 2013, p. 18). Mantém o poder, e as decisões impostas por estas políticas públicas pouco traz interesse ao cidadão.

A tipologia de Wilson aborda “o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade” (SECCHI, 2013, p. 19).

As políticas de tipo clientelista são aquelas em que os benefícios são concentrados em certos grupos e os custos são difusos na coletividade. [...] As políticas de **grupo de interesses** são aquelas em que tanto custos como benefício estão concentrados sobre certas categorias.[...] As políticas empreendedoras importam em benefícios coletivos, e os custos ficam concentrados sobre certas categorias. [...] políticas majoritárias são aquelas em que os custos e benefícios são distribuídos pela coletividade (SECCHI, 2013, p. 19, grifos do autor).

De acordo com Secchi (2013) a tipologia de Gormley é na sua classificação complexa, necessitando de conhecimento nas definições. A tipologia de “Gustafsson (1983), tem como critério de distinção o conhecimento e a intenção do *policymaker*” (SECCHI, 2013, p. 21). Essas políticas públicas são consideradas as ideais conforme o autor, onde os *policymakers*³ aguardam que as demandas recaiam nesta categoria. Devido à facilidade de obter resultados positivos. Sua divisão se apresenta na seguinte forma:

As políticas simbólicas são as possíveis de obter aparatos para sua execução. Mas os *policymakers* não demonstram interesse, pois a consideram uma política onde as decisões se centralizam na minoria, e a representatividade perde efeito. E as “**pseudopolíticas** são aquelas em que o *policymaker* até tem interesse e gostaria de ver sua política funcionando, mas não possui conhecimento para estruturá-la adequadamente” (SECCHI, 2013, p. 22, grifos do autor).

Na tipologia de Bozeman e Pandey, se verifica um caráter técnico, onde se reconhece a possibilidade de alternar sua essência durante o seu ciclo de política

³ Elaboradores de políticas públicas, e tenta traduzir em termos menos científicos as mais recentes conclusões sobre o tema. Disponível em: <<http://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/policy+makers.html>> Acesso em 20 mai, 2016.

pública. “Uma das dificuldades da tipologia de Bozeman e Pandey é que políticas públicas podem ser alteradas em essência ao longo do ciclo de política pública” (SECCHI, 2013, p. 23.) As políticas públicas são afirmadas pelo encaminhamento que os movimentos sociais fazem para que se efetivem na concretização das mesmas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO

A educação no campo nasce na busca da escola democrática, em 1932 através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Movimento organizado por um grupo de intelectuais, com a intenção de superar o caráter dualista da educação, dentre eles Anísio Teixeira obteve maior destaque. Este documento defendia uma escola laica, pública e igualitária para todos, possibilitando as mesmas oportunidades aos cidadãos, onde o Estado fosse seu mantenedor. “Entretanto, a separação entre a educação das elites e das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942” (Caderno Educação do Campo, 2007, p. 11). A educação para os pobres era destinada a profissionalização, e a intelectual pra a elite.

A partir de 1960, com a crescente dos centros urbanos e a favelização das cidades começa a se pensar na educação rural, para assegurar as populações do campo, contendo o ciclo migratório.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais (Caderno Educação do Campo, 2007, p. 11).

Nos mesmos moldes e ano, começou a ser pensados currículos das escolas técnicas agropecuárias, nascendo neste mesmo período movimentos que contemplam a luta por melhorias na educação, pautada na realidade do país e das camadas mais populares. Onde está incluída a educação do campo, com a intenção de currículos voltados a cultura do espaço rural.

Estabelecido na Lei nº 9.131/95 e na Lei nº 9.393/96 (LDB), elaborou Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o

Ensino Médio, a educação de Jovens e Adultos, a Educação Indígena, a Educação Especial, a Educação Profissional de Nível Técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal (Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, 2002, p. 267).

O Brasil rural passa por uma fase de exploração pelos grandes latifundiários de terra. Seus direitos trabalhistas foram sendo deixados de lado e com isto estes povos aos poucos foram sendo estigmatizados.

Assim começa uma educação que não vinha de encontro com o que os povos do campo conseguissem contemplar, de maneira a contextualizar suas vivências e saberes. Pois a elite fazia um grande esforço para que a classe trabalhadora não tivesse acesso à educação, o único modelo de educação existente no meio rural era privado, contemplando sempre os detentores dos meios de produção, no caso os grandes latifundiários.

Conforme Nascimento (2009) as políticas públicas voltadas para a educação do campo, começam a sinalizar a partir de 1990. Portanto, os trabalhadores rurais são os principais personagens desta incorporação das políticas públicas voltada para o meio rural. “Com a abertura política e o processo de redemocratização no Brasil, os movimentos sociais ganharam novos ares e [...] começaram a levantar novas bandeiras de luta” (NASCIMENTO, 2009, p. 18).

Período que compreende pós 1985, resultando eleição indireta de Tancredo Neves. Como o país havia passado por regime autocrático, a influência deste imperava na economia brasileira. “O ideário neoliberal, vinha vigorando desde a década de 1970” (ARANHA, 2006, p. 296). Esse modelo direcionou o governo de Itamar Franco vice-presidente que assumiu por dois anos após a morte de Tancredo. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). “Esse período foi marcado por medidas econômicas para a internacionalização da economia, tais como venda de empresas estatais” (ARANHA, 2006, p. 297). No ano de 2003, pelo Partido dos Trabalhadores Luiz Inácio da Silva assume a presidência do país.

Para Sader (1986) acontece no Brasil já a partir de 1980 uma maior efetivação dos movimentos sociais. Dentre eles destacamos: MMC Brasil (Movimento das Mulheres Camponesas), pela luta dos direitos como a aposentadoria.) O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “reúne populações tradicionais, como ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais [...]” (ZEN, et.al. 2012, p.489). Reúne todas as pessoas envolvidas pela construção das barragens alagando áreas de plantio, matas, rios

que são prejudicados. O MST⁴ (Movimento dos Trabalhadores Rurais), “à frente da luta pela terra no Brasil, por meio de ocupações de terra, de acampamentos e da constituição de assentamentos. [...] já conquistou a terra para 350 mil famílias [...]” (VENDRAMINI, 2013, p. 507).

De acordo com Molina (2012) a educação do campo nasce no cenário brasileiro, com o Movimento dos Sem Terra. Através do movimento organizado se efetivaram assentamentos agrários.

Se o termo invasão, utilizado ao longo dos anos 1960 e 1970, trazia consigo tons pejorativos e denotava prática considerada ilegal no que diz respeito ao direito de propriedade, o uso do substantivo ocupação indica outro cenário. Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (BRASIL, 1964) (MOLINA, 2012, p. 513).

Conforme Nascimento (2009) as políticas públicas voltadas para a educação do campo, começam a sinalizar a partir de 1990, portanto os trabalhadores rurais são os principais personagens desta incorporação das políticas públicas voltada para o meio rural. “A educação destinada ao meio rural existe desde a República Velha. No entanto, sua existência não legitima a homologação de políticas públicas de Estado destinado aos trabalhadores rurais” (NASCIMENTO, 2009, p. 182).

Dessa luta dos trabalhadores rurais e dos sem-terra, se dá a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA⁵). Concomitantemente a ele se organiza a I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, 1998, com o intuito de objetivar as demandas do homem do campo. De acordo com Nascimento (2009) a busca de garantias e direito que lhes dê o uso da

4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, é um movimento de massa que luta, basicamente, por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade. A sua origem encontra-se nas lutas isoladas pela terra no sul do Brasil, destacando-se as ocupações das Fazendas Macalli e Brilhante, em 1979, no Rio Grande do Sul; da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina e da fazenda Primavera, em Andradina, São Paulo, ambas em 1980. Também no Rio Grande do Sul, em 1981, 700 famílias acamparam em Encruzilhada Natalina, município de Ronda Alta. http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=695:mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra. Acesso em 27/04/2016.

5 O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e atendem a população assentada. Programa nacional da educação na Reforma Agrária (PRONERA) (SANTOS, 2012, p.631).

terra como um bem legítimo pela sua posse. E com ela o direito a educação do campo, garantido a todos perante a lei.

A realidade pertinente ao campo está relacionada intrinsecamente a conquista dos direitos através das lutas empenhadas que se concretizaram a partir do “Movimento Nacional da Educação do Campo e, por força de pressão social e política, foram incorporadas pelo estado brasileiro” (LOCKS, et al., 2015, p. 143). As políticas públicas para a educação do campo se concentram em três compromissos básicos:

Um compromisso ético/moral com a pessoa humana desumanizada historicamente; um compromisso com a intervenção social e educar, neste sentido, significa intervir para transformar as realidades de exclusão pedagógicas tão frequentes nos municípios e estados da federação; e, por último, um compromisso com a cultura camponesa em suas diversas facetas, seja para resgatá-la, seja para recriá-la, bem como, para conservá-la (NASCIMENTO, 2009, p. 187).

Na apropriação do saber na definição de fazer uma leitura do entorno onde mora vive. O homem possa ter melhores condições de situar-se como sujeito de transformação. “Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais” (FREIRE, 1987, p. 29). A transformação no espaço das vivências da ruralidade se faz na forma da sociabilidade entre as famílias, onde as trocas são próximas e conhecidas.

Nesse sentido, Nascimento (2009) questiona qual seria a proposta adequada para a educação básica do campo, e aponta três características que julga serem fundamentais: “um projeto político- pedagógico da sociedade civil que busca intervir nos fundamentos da educação brasileira. [...] construção de uma política pedagógica vinculada às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos povos do campo” (NASCIMENTO, 2009, p. 189). Neste processo se percebe que é necessário que preserve todo o contexto que envolve a identidade dos povos do campo, compreendido por sua luta de permanência e fixação no seu espaço.

Por conseguinte, Nascimento (2009) apresenta três programas que se efetivaram nos anos 1990, fazendo parte de um projeto que se desenvolveu através de uma construção popular. “Tais programas são: PRONERA, Saberes da Terra e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo” (NASCIMENTO, 2009, p. 190).

A escolarização e alfabetização que a promoção destas políticas públicas do campo incorpora na formação tanto de jovens e adultos, quanto na formação de nível superior, como a “Licenciatura em Educação do Campo é uma nova modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras. [...] tem por objetivo formar e habilitar profissionais” (MOLINA, 2012, et.al., p. 468). Incentivando a permanência no campo e também reforça a inserção na licenciatura.

Ao organizar metodologicamente o currículo por alternância entre tempo escola e tempo comunidade, a proposta curricular do curso objetiva integrar a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário à sua formação de educadores, não apenas nos espaços formativos escolares, mas também nos tempos de produção da vida nas comunidades onde se encontram as escolas do Campo. (MOLINA, et.al 2012, p.470)

Conforme Taffarel (et.al, 2009) a conquista desta política educacional do campo, se fez na luta pela terra, na decorrência do “Massacre de Eldorado dos Carajás (abril de 1996), na Marcha Nacional pela Reforma Agrária (abril de 1997) e a realização do I encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) (julho de 1998) (TAFFAREL, et.al, 2009, p. 576). Percebe-se uma força conjunta que ampara a permanência desta política pública, donde se estabelecem injunções que corroboram para a sua concretude.

Dessa forma, a realização e envolvimento dos principais atores da sua própria história, protagonizam seus interesses, sendo responsáveis “criando novas possibilidades para descobrir e reinventar, democraticamente, relações solidárias e responsáveis no processo de reorganização sócio territorial em que vivem” (NASCIMENTO, 2009, p. 191). Outra política pública da educação do campo é o Programa de Saberes da Terra que atingem a “formação de jovens agricultores/as que vivem em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores” (NASCIMENTO, 2009, p. 191).

Nascimento (2009) aponta que o compromisso para que as questões do desenvolvimento de projetos populares se fazem com a participação e conscientização do que deve ser assumido por todos. “compromisso com a soberania; com a solidariedade [...]; com o desenvolvimento [...]; com a sustentabilidade; com a democracia ampliada; e com a segurança alimentar” (NASCIMENTO, 2009, p. 189). Essa política pública combate as perdas históricas que o Brasil sofreu em decorrência da desvalorização em que as populações rurais sofreram no âmbito educacional.

3 RURAL E O URBANO

A concepção do urbano e rural estabelece uma separação ao espaço geográfico. Conforme Lefebvre (1969, p. 31-32 apud ENDLICH), a separação entre cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho a biológica e a técnica.

Milton Santos (2006) divide a história do meio geográfico em três etapas: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, as quais elucidarei brevemente através da visão do autor.

O homem em seu surgimento constatou que a natureza não se adaptava a si como se adapta aos animais, percebendo então que era necessário agir sobre ela a fim de transformá-la para sua sobrevivência. Esse ato de agir sobre a natureza é denominado trabalho.

A existência humana é produzida pelos próprios homens. “O que o homem é, é-o pelo trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154). O trabalho passa a ser um princípio educativo, pois, a sua produção é ao mesmo tempo sua formação. Os saberes vão sendo passados de geração para geração, vão se educando os familiares, para que os mesmos eduquem seus filhos, e assim até os dias atuais. “A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desta forma Milton Santos considera esse agir do homem sobre a natureza como um “meio natural”, onde o agir do homem não provoca grandes transformações na natureza. Também pode ser considerado “pré-técnico”, pois apesar do “agir humano” não realizar grandes transformações no espaço, o homem já dispunha de técnicas como a domesticação de plantas e animais.

O homem trabalha para garantir sua sobrevivência e suprir suas necessidades, porém em algum momento alguns homens perceberam que poderiam se apropriar de um montante de terras e fazer com que outros homens garantissem a sua sobrevivência e de sua família em troca de algo. E assim surge o que Milton Santos vai denominar “meio técnico”, onde o agir passa a transformar o espaço natural em artificial, como também a expansão do território.

Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que

representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. (SANTOS, 2006, p.158)

Surge então a divisão de classes, os proprietários das terras, ou seja, os que passam a deter o poder não precisam mais trabalhar, e a classe dos não-proprietários, o “proletariado” passa a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Também a partir desse processo começam a surgir os problemas ambientais, ocasionados pela poluição que passa a atingir o meio ambiente.

Com o advento da sociedade capitalista, através do crescimento da indústria, passam a aparecer as grandes fábricas e grandes donos dos meios de produção, essa transformação Milton Santos irá denominar de “meio técnico-científico-informacional”, que se dá através da junção entre a ciência e a técnica, que certos autores denominaram tecnociência, pois as consideram inseparáveis atualmente. Este meio irá surgir sob a égide da sociedade capitalista sustentando o mercado global.

O meio transforma-se de natural em um meio completamente artificial, transformado pelo homem, ressaltando que este fator não está restrito somente aos grandes centros, pois atualmente o meio rural é artificial e transformado, como podemos constatar em nossa realidade através da modificação do bioma pampa pelas grandes lavouras de arroz, onde o homem faz utilização de agrotóxicos fortes para manter seu capital.

Este mundo artificial criado pelo homem ocasionou uma tecnização da paisagem e grandes impactos ambientais, os quais percebemos hoje em nossa sociedade através do efeito estufa, chuvas ácidas, buraco na camada de ozônio, entre outros.

As mudanças que ocorrem no campo estão relacionadas a esta modernização que a técnica imprimiu a estes espaços. Com isso, uma nova visão da educação de acordo com Pinheiro (2007) surge ao trazer a conscientização do valor do indivíduo a partir da leitura dos saberes dos elementos que os constituem. As características do rural lhe são peculiares, como as formas organizacionais que garantem o andamento de vida que tem relações com a natureza.

Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos (Por uma educação do campo: Declaração 2002, p. 11).

No âmbito escolar da área rural, as transformações acontecem a partir das mudanças que as políticas públicas venham a contemplar os indivíduos que vivem no campo. Para que se perceba uma melhoria na vida das pessoas que vivem da terra, ou até mesmo dela possuem seu trabalho. Onde através do ensino escolar desenvolvam potencialidades para que se tornem indivíduos críticos e sabedores de seus valores e potencialidades.

4 CURRÍCULOS DA ESCOLA RURAL

A Escola Estadual de Ensino Médio Militina Pereira Alvarez, se situa na Rua Roque Gonzales, 482, pertence à localidade rural de Nhu Porã, a 29 quilômetros do município de São Borja. No seu Projeto Político Pedagógico a história da criação da Escola aborda as seguintes informações:

A escola conta com serviço de Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres – CPM. Em 11/12/2000, conforme Portaria N°. 309, a Escola passou a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Militina Pereira Alvarez. A escola foi transformada em Escola Estadual de Ensino Médio Militina Pereira Alvarez pelo Decreto de Transformação N°. 44.965, de 16/03/2007 (PPP da Escola Estadual Militina Pereira Alvarez, 2015, p. 03 e 04).

Observar através da pesquisa, o comportamento e caminhada dos profissionais da educação, e sua construção na cotidianidade, nos conduzem a apontamentos nem sempre constituídos de forma a observar o diferente. “Se o currículo é ponte entre teoria e ação, entre intenções ou projetos e realidade é preciso analisar a estrutura da prática” (SACRISTÁN, 2000, p. 20).

Conforme o Plano de Estudos da Escola Militina Pereira Alvarez, a área das Ciências Humanas e suas tecnologias estão organizados, por competências e habilidades, nas quais as análises das questões pertinentes aos atores sociais fazem parte da localidade. Embasa no seu currículo escolar, uma análise que permite verificar a importância de adequação que contemple as especificidades do povo do campo.

Os currículos devem ser construídos juntamente com a participação dos atores e agentes envolvidos, os quais são alunos, professores, pais e demais integrantes da comunidade em que a escola está inserida. Pois desta forma “o valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza na forma como se concretiza” (SACRISTÁN, 2000, p. 201).

Freire (2011) aponta as possibilidades de relações e transformação social do indivíduo, pelo diálogo, emancipa-o como ser participante, que não se deixa levar pelas forças que o humilham, facilitando a sua construção digna do seu existir. O indivíduo exercendo-se na totalidade, o permite se agrupar em projetos que o assegurem e lhe deem condições de realizar um aprendizado voltado para a sua

realidade, desta forma, sendo o currículo pensado por todos os integrantes da comunidade, juntamente com os professores, estes professores terão condições de realizar a transposição do saber, trazendo e adaptando os conteúdos propostos nos planos de estudos para a realidade vivenciada no campo pelos educandos. As diversidades da vida humana em diversos graus de condições e dificuldades, as grandes lutas que se travam para erradicá-las estão dentro do contexto escolar, e o professor um dos agentes agregadores, para que se encontre um meio, um elo entre todos os envolvidos.

Contudo, possibilitando condições para a permanência em atividades que venham a agregar para seus núcleos familiares. “Nesta perspectiva, debater o futuro das pequenas escolas situadas em meio rural torna-se indissociável de um debate, de um alcance muito mais vasto” (CANÁRIO, 2006, p. 53). Dessa forma, a escola se reinventa com adesão de uma nova roupagem.

O currículo da escola se apresenta por: Competências, habilidades, conhecimentos e valores que incitam situações de respeito às diferenças, incentivo as responsabilidades e melhor convivência. Pensar em currículo é aproximar à práxis em que os professores estão inseridos, pensar em novos padrões curriculares, às vezes, pode não ser algo simples. Pois estruturas são modificadas e com esta transformação existe uma gama de valores a serem avaliadas para a sua construção e adaptação.

O currículo além de ser um conglomerado cultural organizado de forma peculiar que permite análises desde múltiplos pontos de vista cria toda uma atividade social, política e técnica variada, quadro que lhe dá um sentido particular. Como assinalamos o campo definido dentro do sistema curricular supõe um conjunto de atividades de produção de materiais, de divisão de competências, de fontes de idéias incidindo nas formas e formatos curriculares uma determinada organização sociopolítica que lhe empresta um sentido particular, contribuindo para determinar seu significado real (SACRISTÁN, 2000 p. 50).

Neste intervalo existem muitas questões em variadas instâncias, se não problematizarmos os conteúdos curriculares não conseguiremos perceber o ambiente ao qual estamos inseridos, é preciso esta análise curricular. A rigidez de certas estruturas educacionais retrata um modelo de escola com posicionamentos que na grande maioria não contribuem para o desenvolvimento escolar. “O currículo além de ser um conglomerado cultural organizado de forma peculiar que permite análises desde múltiplos pontos de vista cria toda uma atividade social” (SACRISTÁN, 2000, p. 50).

A história do ser humano é de opressores e oprimidos, luta-se por mecanização e esquece-se da principal fonte geradora de indivíduos capazes de suas escolhas, ideias e construção, que é a de realmente aprender, como se fosse de forma mais natural possível, deixando o processo criativo fluir (DEMO, 2000, p. 14).

Conforme Demo (2000), o professor traz para sua práxis desvantagens em todos os âmbitos da educação, onde não existe produção do conhecimento e sim uma reprodução mecânica e conteudista. “A alienação pelo trabalho é a mesma constatada dentro das instituições de ensino, sua correlação permanece nas tendências estruturais do ensino” (DEMO, 2000, p. 13).

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

5.1 ENTREVISTAS COM RESPONSÁVEL LEGAL

Procurando constituir consenso com a pesquisa documental, realizou-se entrevistas com pais de alunos da Escola Estadual Ensino Médio Militina Pereira Alvarez.

Os docentes entrevistados foram escolhidos pelo critério de gerirem aula para o oitavo ano do ensino fundamental. Os professores possuem mais de dez anos na docência. O objetivo de nosso trabalho é compreender as representações dos professores e alunos sobre o currículo, bem como as políticas públicas voltadas à educação do campo. Juntamente com os professores das Ciências Humanas da escola no campo analisamos as dificuldades encontradas dentro do currículo escolar do oitavo ano do ensino fundamental.

O Círculo de Pais e Mestres é presente dentro da escola, possui uma relação de proximidade com a família, desenvolvendo juntamente com a Secretaria da Educação do Estado, cursos que favorecem os pais a participarem dentro da escola. Dentre eles palestras de como cuidar da alimentação, corte e costura.

Moro há oito anos aqui, uma filha minha estuda aqui na escola, na oitava série, e outra menorzinha também. Bah a escola é bem boa, sempre vai tema pra casa. Pra fora assim é um lugar bom, tem posto de saúde, eu não trabalho, fico por aqui, esperando minha filha sair, não tem o que fazer, então quando tem esses projetos que fazem eu aproveitar. Depois tem coisas que dá até pra vender. Um dinheirinho. Meu filho mais velho tem quinze anos, tenho seis filhos este mais velho mora com o pai dele no Assentamento Cambuxim, nos assentados como dizem. Este meu filho estuda em São Miguel. Ele gosta do estudo, já eu tive que abandonar pra cuidar a minha mãe de criação. Parei na quinta série, bah queria voltar estudar hoje to com trinta e quatro anos, aqui não tem no que trabalhar. Mas a escola é muito boa (M1).

O homem imprime o seu modo de vida, nos seus discursos, na sua maneira de expressar as suas dimensões em que fazem parte de sua cotidianidade. As interpretações se fazem presente na maneira em que expressam suas vontades, recriando um universo de interpretações e significados. A comunidade escolar também é considerada uma extensão para fora da escola, onde os pais ou responsáveis dos alunos fazem parte da dimensão escolar. Aproximando-se das questões que perpassam suas vidas. “Queremos considerar uma dimensão espacial da educação que permita que os alunos, os professores, os pais e os demais parceiros

construam interativamente situações educativas adequadas” (CANÁRIO, 2006, p. 101).

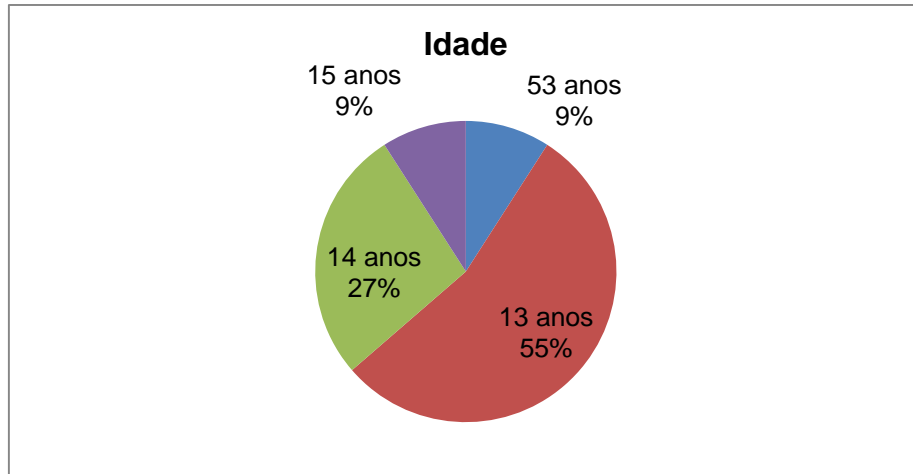
Há seis meses que moro em Nhu Porã, morava no Passo do Silvestre em Itaqui, mas aqui é bem melhor, tudo é melhor, o transporte das crianças vem pega as crianças na hora, sempre tem. O ensino da escola é melhor, as atividades que eles fazem, é puxado, os trabalhinhos que eles fazem, tem que pensar bastante. Aqui eles levam o trabalho pra casa. Tenho um filho estudando aqui, eu não trabalho o meu marido que trabalha, ele é operador de máquina na lavoura, o que tem né? Eu tenho vinte e sete anos, parei na oitava série e ele na sétima série. Se pudesse ia pra cidade, o trabalho é diferente na cidade, porque aqui só meu marido trabalha. Pretendo enquanto ele tiver aqui estudar. Mas o bom que o trabalho do meu marido dá moradia é uns quantos funcionários que trabalham na lavoura, porque os donos têm outras granjas, mas quem mora no interior é pouco o serviço, o bom é ter o teu dinheiro. Acho que não teria porque o ensino ser diferente, cada ensino é como é, umas pra mais, outras pra menos, diferença tem em tudo que escola né? A atenção dos diretores, professores, o que a escola faz é muito bom. Quando meu filho crescer ele diz que quer trabalhar com máquinas, caminhões, claro né quando a criança mora pra fora, a cabecinha deles é isso... máquinas, lavoura (M2).

Nesse momento, a mãe expõe sua vontade em trabalhar na cidade, em seu discurso o contexto eleva o que é vivido no campo, à mecanização e o trabalho. A cidade é vista como lugar de prosperidade e futuro. O universo do aluno é centrado na realidade conferida a ele.

5.2 ENTREVISTAS COM OS ALUNOS

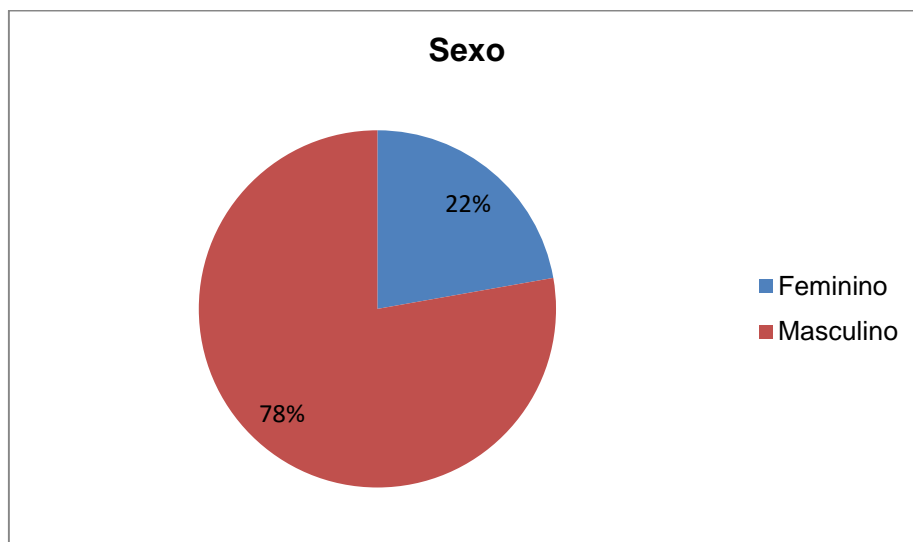
Os dados apresentados a seguir são resultado de uma pesquisa realizada com alunos do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Militina Pereira Alvarez. Realizamos um estudo de caso da referida turma, a fim de entendermos o perfil escolar da comunidade, sendo assim, aplicamos um questionário contendo questões abertas e fechadas a todos os alunos, totalizando uma média de 11 alunos, os quais compõem a turma no turno da tarde. Entendemos como um fator de relevância detectar a faixa etária dos alunos, pois conforme abordado em nosso referencial teórico, se faz necessário compreender a comunidade que compõem esta escola, compondo também o seu currículo, bem como idade, etnia, sexo, como também a estruturação familiar (com quem moram quem são seus responsáveis), para que seja possível realizar uma análise curricular da escola no campo, entendendo os atores aos quais se aplica este currículo na prática.

Gráfico 01:



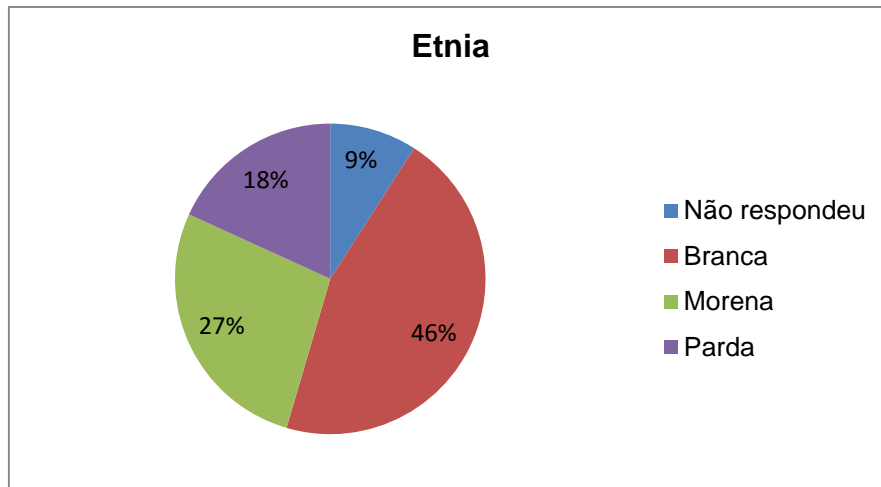
Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 02:



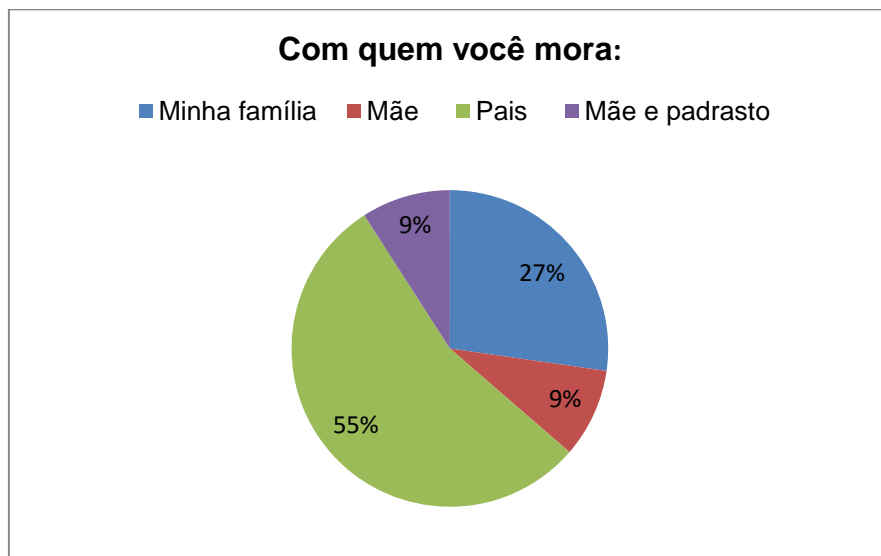
Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 03:



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 04:

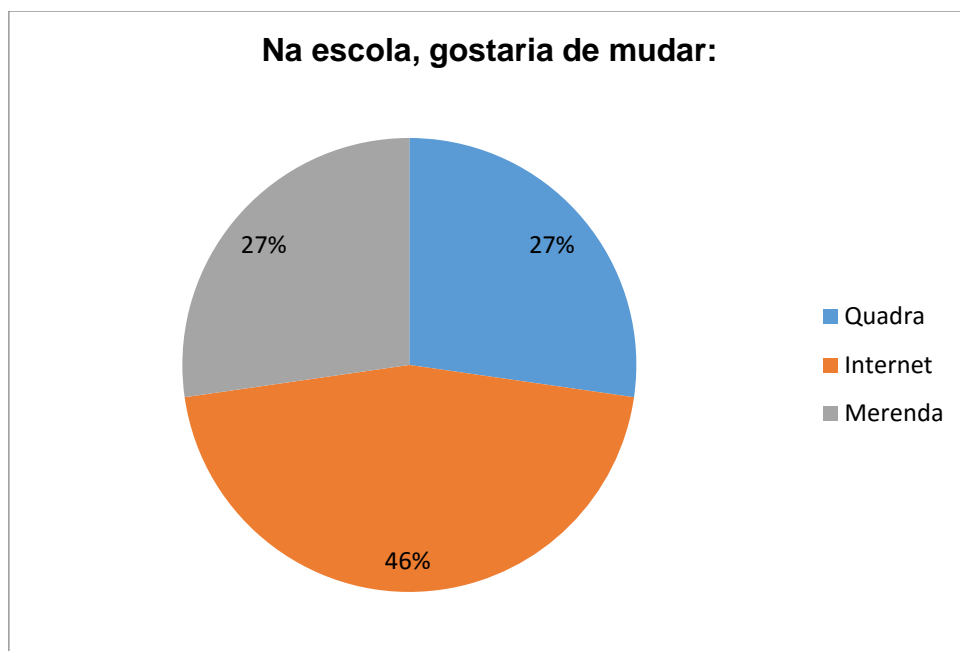


Fonte: Elaboração da autora.

Como abordamos a questão de uma possível, ou necessária, reestruturação curricular da escola do campo, entendemos necessário detectar, na visão dos alunos os aspectos que mudariam no meio escolar. O objetivo é a análise das demandas necessárias, viáveis para uma possível modificação curricular, percebendo que nos dias atuais os meios de comunicação, bem como as tecnologias de informação estão presentes nos meios escolares, e uma das demandas levantadas pelos alunos, em uma média de 46% é de que gostariam que melhorasse o sinal da internet,

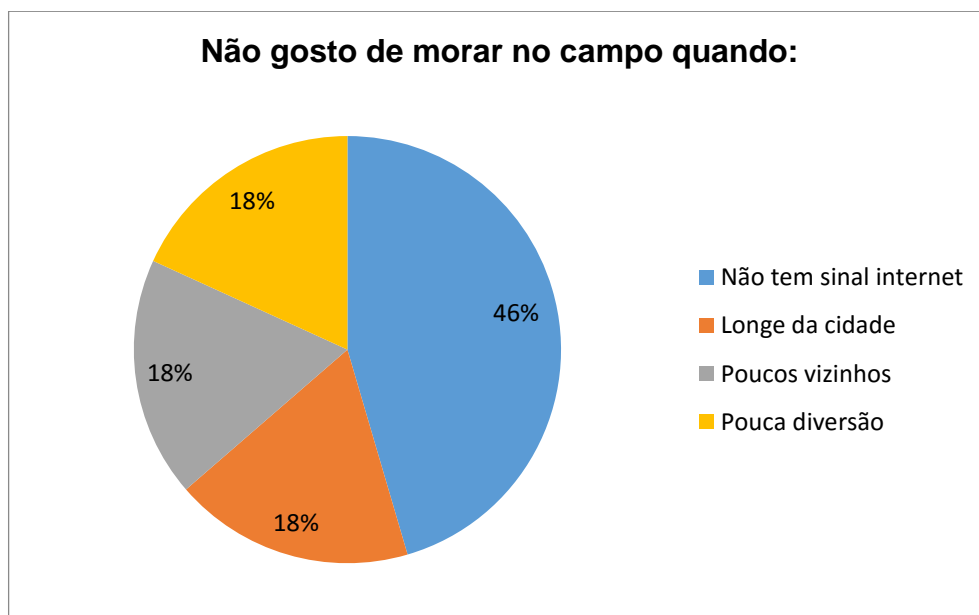
configurando-se como um fator que atrapalha o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos online. Como também apresentamos no gráfico a seguir que o difícil acesso a tecnologia é abordado como uma desvantagem por 46% dos alunos, confirmando que o currículo da escola do campo deve compreender e inserir o trabalho de professores e alunos as novas tecnologias de informação.

Gráfico 05:



Fonte: Elaboração da autora.

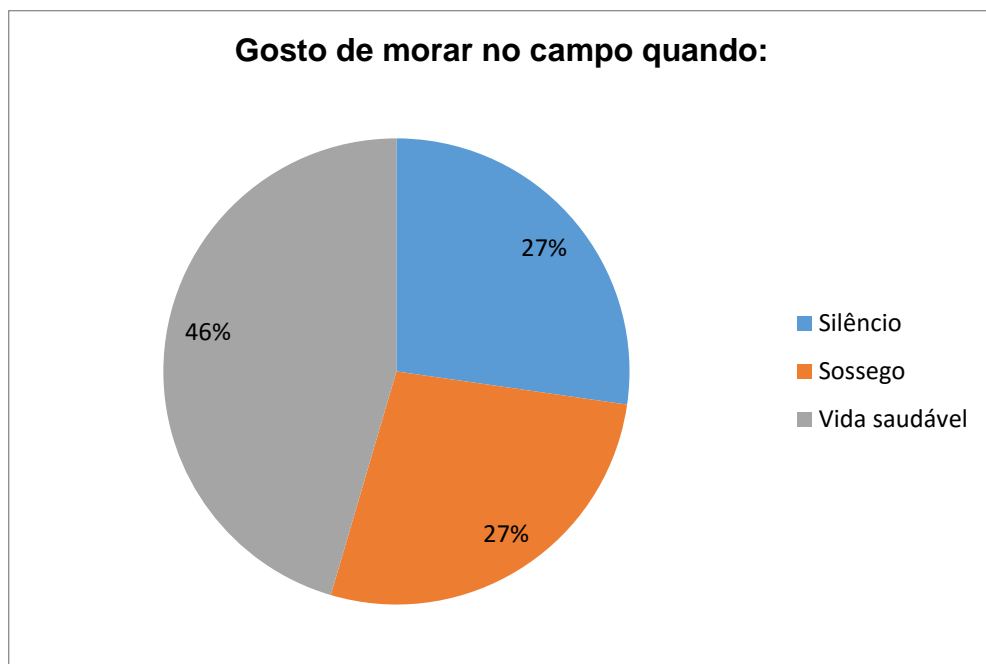
Gráfico 06:



Fonte: Elaboração da autora.

Também consideramos um aspecto relevante em nosso estudo entender sob a ótica dos alunos as vantagens de morar no campo. E analisamos que os alunos, os quais realizamos o estudo de caso, através das entrevistas e questionário, afirmaram gostar da vida no campo, e da escola no campo, afirmando ter sossego, silêncio, como também percebemos que o perfil desse aluno realmente se configura com um viés diferenciado do aluno da cidade, através do ponto levantado por eles onde 46% afirmam que a vida saudável do campo é uma das vantagens de morar nesse espaço.

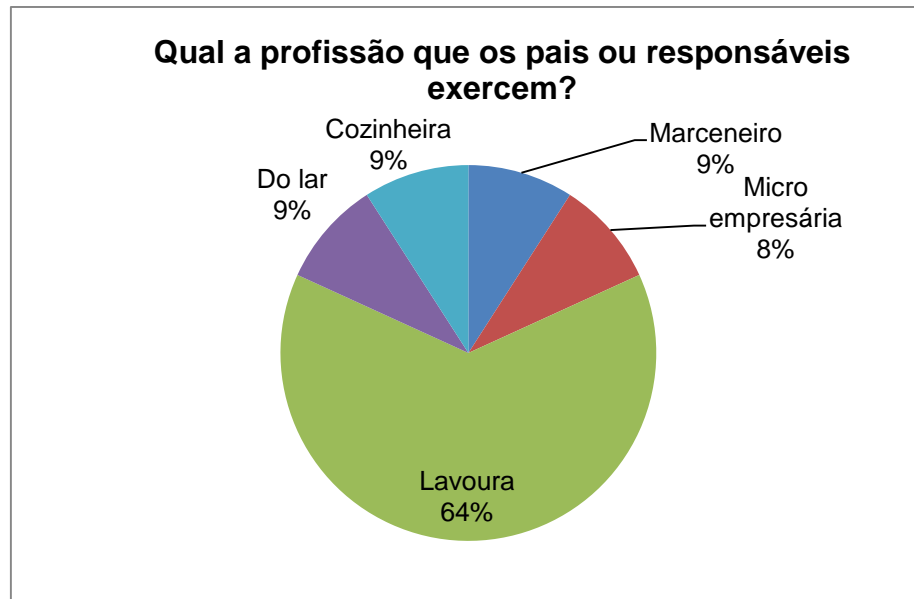
Gráfico 07:



Fonte: Elaboração da autora.

De acordo com nossa pesquisa em fontes bibliográficas, entendemos que o meio rural é composto em sua grande maioria por grandes fazendas, compostas por grandes latifúndios, então se faz relevante em nosso estudo detectar a profissão dos pais ou responsáveis pelos alunos que frequentam a escola analisada. Percebendo que a grande maioria, um total de 64% dos responsáveis trabalham na lavoura, vendendo sua força de trabalho em troca de um salário. Detectando que apenas 8% são micro empresários, apenas este percentual desenvolve um trabalho autônomo no meio rural.

Gráfico 08:



Fonte: Elaboração da autora.

Percebemos também, em entrevista realizadas com os pais, como abordado anteriormente, que a visão que possuem é de que os filhos darão continuidade as suas mesmas práticas, ou seja, o trabalho exercido na lavoura. Confirmando então que a dualidade existente na educação perdura nos dias atuais, onde o acesso ao ensino superior ainda se faz, e é incentivado a elite, onde a classe trabalhadora fica apenas por concluir o ensino médio.

5.3 ENTREVISTA COM PROFESSORES

Para uma análise mais rebuscada acerca do currículo trabalhado com os alunos da referida escola trabalhada, entrevistamos 05 professores, caracterizados por P1, P2, P3, P4 e P5. Priorizamos as entrevistas com estes, pois, são os professores que ministram as aulas para os alunos do 8º ano, aos quais realizamos nosso estudo de caso.

Pensando em currículo, a professora P1 afirma que os projetos trabalhados na escola são direcionados pela Coordenaria Regional de Educação – CRE, confirmando que o currículo não é elaborado pela comunidade em que a escola está inserida. Traz alguns aspectos sobre o trabalho com a higienização da escola, o trabalho com a horta e alimentação saudável, porém através de pesquisa realizada para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, ao qual fui bolsista durante os anos de 2015 e 2016, onde realizamos um estudo na Escola Municipal Vicente Goulart, esses

aspectos também são trabalhados no meio urbano. Então são aspectos que não se diferenciam no currículo da escola rural.

Está professora traz a escola rural como diferente da escola urbana, trazendo essa diferenciação como algo positivo, como podemos analisar através de sua fala:

A escola rural dentro da especificidade de rural ela tem uma diferença da urbana, mas esta diferença é muito boa, pois eles são alunos educados, são alunos conscientes, são alunos que respeitam os professores, e a gente vê estas diferenças principalmente em alunos que a gente recebe de escolas urbanas pra nós. Até que eles se encaixem nas atitudes dos nossos alunos, demora um pouco. Eles vêm bastante rebeldes, eles vêm cheios de pose, porque acham que lá é um lugar melhor do que aqui, que é uma ilusão porque não é. Nosso currículo é o mesmo, a escola é muito boa, os alunos se interessam de pesquisar, de trabalhar. Além disso, tem todo este lado de rural, de construir a nossa identidade. (P1)

O que podemos confirmar através da seguinte fala: “Quanto ao currículo eu acho que não todos, mas algumas disciplinas poderiam ser mais direcionadas a educação do campo mesmo né para aqueles alunos que querem” (P3). O currículo mais inserido na realidade sócia antropológica, onde a escola através da pesquisa tivesse condições de resultados para reconhecer em que comunidade rural ela está inserida. O que podemos verificar através do relato: “a escola rural que é a nossa considerada do campo, é um trabalho que tu consegue enxergar teu aluno, aqui no caso, os nossos alunos aqui eles nos respeitam, não é pela quantidade” (P2).

Fica impresso nas falas das professoras uma diferença de ambiente escolar, tem ainda o lado mais bucólico da vida mais calma do campo, “Aqui nós temos a simplicidade das pessoas. Tem reciprocidade de troca humana, que não há na cidade, tem alguns sim, não é cem por cento” (P2).

As tecnologias avançaram no mundo do trabalho, e com o advento das máquinas, o campo também avançou. “Eles acham que tem que dar continuidade no campo, não que não seja importante, mas sempre digo para eles que mesmo pra trabalhar hoje em dia no campo, com os pivôs com as máquinas” (P4). Se faz necessário o estudo, algo que a professora sempre reforça em suas aulas. Para que não acontece em número significativo a evasão escolar, pois salienta da recorrência da mesma. Muitos alunos nem chegam a terminar o ensino médio, principalmente os meninos. O trabalhador rural necessitou operacionalizar os maquinários, cheios de tecnologias. E para isso ele não sente necessidade do estudo escolar, já que é só dominar a técnica.

Deveria ter mais escolas, por caso destes alunos né que desistem porque eles querem acompanhar os pais no trabalho de campo. E a gente também não pode tirar o incentivo deles porque a gente precisa do trabalho do campo, né senão para a cidade também se não for o trabalho do homem do campo. Mas assim né que fosse disciplinas mais direcionadas pra área que interessa pra eles, mas a verdade o que eu quero aprendendo química, biologia eu não vou usar lá na plantação com o pai, com o trator, com a máquina, que seja algo que seja técnica mesmo. Estou falando mais do ensino médio né e mesmo a educação em séries iniciais, a educação infantil eu acho que já tinha que ter, adequar um pouquinho pro lado da realidade deles também. (P3)

Evidencia-se a proximidade entre o urbano e rural. Se entrelaçando no processo de hierarquização e desenvolvimento nestes espaços. “Não há como negar esta demanda eles estão tão informados quanto os alunos da cidade por que aqui eles têm todas as tecnologias, tudo mesmo na escola de campo” (P4). Quando perguntada sobre as diferenças que a professora conseguia notar na realidade da escola ser no campo, em contraponto da escola urbana, já que a mesma também possui horas de trabalho na escola urbana, deixa claro em sua fala que os currículos não são construídos pela comunidade escolar. E tampouco possuem algo específico que os diferencie.

Disciplina do campo...Não sei como seria também, nem a nomenclatura, educação do campo mesmo. Desde que estou aqui faz três anos já como te falei não vi diferença nenhuma, agora parece que vão padronizar o plano nacional da educação, que talvez que de repente desça alguma coisa diferenciada pra nós, assim como tem na inclusão, poderia ser assim também na área do campo também né?

Senão principalmente as meninas só vão ficar donas de casa, seguida vem os filhos, nós temos aqui mães e filhos estudando até na mesma série, porque elas pararam e resolver voltar estudar com os filhos. (P4)

Nesta parte são apresentadas, as deficiências em que o aluno, o professor da escola no campo enfrentam na sua cotidianidade. “Algumas dificuldades, diferenças que eu vejo que eles chegam aqui meio cansados, porque eles vêm do campo, levantam quatro, cinco, horas da manhã para chegar às aulas as oito” (P4). Por estas questões muito dos horários seguidos pela escola poderiam ser repensados junto à nova estrutura curricular que contemplasse as demandas específicas dos enfrentamentos vivenciados pelo todo escolar. Nesse momento é colocado que a parte do currículo, os planos de estudos eram fornecidos pela Coordenadoria, os conteúdos mínimos e depois se acrescentava de acordo com a realidade da escola.

O que demonstra a falta de demandas que possam contemplar questões mais específicas da escola no campo.

[...] possam chegar as aulas as oito. Então às vezes alguns já chegam bem já, estressados de tanto andar no transporte. Então eles passam bastante trabalho, então assim, eu acho né, que o aluno do campo dá mais importância aos estudos, mais valor do que o aluno que não passa sacrifícios, não passa trabalho, o pai larga na porta da escola e tal, é uma diferença (P5).

O aprendizado que o aluno da escola do campo constrói, possui caráter de igualdade com o que é gerido e apreendido na escola urbana, pois este aluno é capaz e que também vai à busca de melhorias. Na escolha de uma profissão que seja eleita a partir de sua vontade e não com aquilo que o campo ou o ofício de seus pais estabeleceram. Salvo aqueles que escolhem e apreciam estes ofícios. Demonstrando desta forma que o campo não é lugar de atraso ou retrocesso.

Agora quanto assim ao aprendizado eu acho que eles aprendem tão bem, ou melhor, pois temos alunos aqui que o ano passado já foram direto pra faculdade, passaram no Enem, maravilhosos, já estão cursando a faculdade e a gente perguntou pra eles se sentiram muita dificuldade no Enem, nenhuma assim, tanto é que foram os primeiros lugares no Enem, entraram direto. Então eu acho que eles dão esta importância, e que são mais tranquilos também, não é todos.

Mas a maioria quer fazer faculdade, dar um rumo, essa escola em principal que estou a três anos a maioria adora estudar aqui, por que dizem que aqui, alguns já estudaram na cidade, não desvalorizando mas acham que a coisa é bem aprofundada, eles saem bem daqui, não precisa muito cursinho. Eu pra mim é igual, o ensino é o mesmo os professores são os mesmos os que trabalham lá, trabalham aqui, só que tem assim a diferença que é de transporte, os alunos às vezes chove, eles perdem aula, não entra transporte, a gente tem que adaptar (P4).

O perfil dos alunos em questão são sentidos por um viés maternal pelas professoras da escola no campo. Trazendo a figura da professora protetora e acolhedora da comunidade em que a escola está inserida.

Os professores da escola deixam transparecer o comprometimento que sentem junto à mesma. Garantindo sobremaneira o bom andamento da escola, onde abranja o todo. Juntamente com toda a equipe diretiva, situação que abrange as questões pertinentes ao bom funcionamento e manutenção, tanto do prédio físico, quanto o formado pelos indivíduos de pertença. “A escola do campo possui um diferencial que é o aluno. O nosso aluno é uma criança que vem de família que os pais são trabalhadores rurais, a gente nota um maior interesse dos pais em manter os filhos na escola, um apoio maior da família” (P5).

Nota-se o esforço feito para que todos os alunos possuam qualidade na sua educação escolar, para isso tenta-se buscar inovações que às vezes não são fáceis

para ambientes escolares situados pouco distantes ou em distancias maiores da sede da Coordenadoria da Educação.

Sempre que a gente solicita os pais apoiam a escola, principalmente aqui na nossa escola que não é uma escola tão distante da sede do município, mas tem diferencial de escola de alunos que vem de transporte escolar, dos pais que vem trabalhar nas propriedades rurais, então a gente tem este aluno como um aluno que precisa receber um conhecimento, uma formação, uma educação de qualidade tanto quanto o aluno que não tem o acesso, digamos a informação assim, porque o que eles tem é na escola, a informação é na escola, o acesso a internet, a biblioteca é na escola, o acesso a fazer passeios, conhecer lugares, a ter palestras, os cursos tudo é na escola. Então o ponto central, o foco deles é a escola, e eles usam essa escola como referência, os pais principalmente e aí os professores, a gente se sente privilegiado de estar numa escola rural e saber que o nosso trabalho é tão importante pras crianças (P5).

Essa fala comprova a pesquisa realizada no gráfico O6, quando os alunos são perguntados sobre as desvantagens em morar no campo. Pois o acesso às tecnologias, passeios, palestras, a grande maioria só tem contato com o que a escola os oferece. Situações que também pude perceber enquanto bolsista do programa que participei referido anteriormente. A escola se configura como lugar de aprendizagens. O que de fato o é. A escola do campo possui um ritmo todo diferente. Pois situações climáticas influenciam na rotina em que implica nas atividades elaboradas pelos professores, dentre delas, estradas em dias de chuva.

O dia que não tem transporte é poucos alunos, o dia que chove é pouco os alunos, quando tem atividades que a gente não consegue trazer todos, porque o transporte não comporta então a gente tem que fazer tudo, tudo adequado em função do transporte, pois as crianças da vila são a minoria. Então tudo o que a gente vai fazer de projetos, atividades em outro turno, primeiro tem que pensar como eles vão chegar a escola, como vão ser entregues. E as atividades geralmente são no final da tarde pra poder comportar a presença dos pais também. As entregas de boletins tem que ser nas primeiras horas da manhã pros pais poderem voltar trabalhar. E os pais que a gente chama eles vem, e precisam passar o resto do turno esperando este transporte voltar. (P5)

Quando perguntado sobre os materiais que os professores utilizavam como recursos metodológicos para gerirem suas aulas, e se o governo estabelecia um aporte específico para a educação do campo a mesma acrescenta que:

Quanto aos livros à gente tinha no governo anterior uma coleção específica pro campo, tinha todo um trabalho diferenciado, uma metodologia voltada para a educação do campo, neste governo ainda a gente não teve, mas tem também nas reuniões na CRE a menina que dá esse suporte, mas não tem

aquele encontro que tinha mensal, que era a cada mês em uma escola de campo (P5).

Quando perguntada se a professora percebia dentro da escola políticas públicas voltadas para a educação do campo, se confirma em sua fala que este aporte específico não é estendido a escola do campo, neste ano de 2016. Mesmo que seja uma demanda da comunidade escolar para que exista a diferença curricular para escolas inseridas no campo.

Sobre os recursos financeiros pelos quais a escola disponibiliza, o CPM passa a cumprir com o papel de ajuda para arrecadar fundos a fim de sanar despesas fixas da escola. Isentando o Estado a garantir acesso com dignidade a educação, como configura nossa Constituição Magna. A respeito dos recursos a escola possui gastos, onde as coisas se apresentam difíceis “a gente está sentindo, mas aqui a gente vai levando, vai administrando, não deixa faltar às coisas principais né que é a merenda, o dinheiro tá certinho” (P5).

Tá difícil? Tá. Muito difícil, mas a gente consegue, porque como a escola é do interior a gente realiza rifas, a gente faz festas, eventos pra arrecadar recursos pra poder também ajudar o dia a dia da escola. Compra-se muito material, pois a participação do CPM e Conselho é bem forte dentro da escola, então a gente faz estas promoções e elas colaboram muito com a organização e os pais com o retorno de participarem, ajudarem a escola a se manter. (P5)

Compreende-se que as dificuldades enfrentadas para a manutenção de despesas básicas enfrentadas pela escola, não são por falta de projetos enviados pela direção. Para que melhorias sejam promovidas, e concretizadas. “Durante o outro governo a gente teve toda a estrutura pra montar a escola de ciclos. Montou-se um regimento, mas a escola, os pais não aceitaram a proposta dos ciclos” (P5).

Em sua fala e com gesto de mão encenou o tamanho que as verbas caíram para a educação, no atual governo. A professora mostrou a sala de recurso áudio visual que a escola equipou no ano de 2014. Facilitando e levando novas metodologias de aula onde o professor, amparado por recursos técnicos, com certeza se utiliza de maiores possibilidades de realizar o diferencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentaremos algumas considerações finais, pertinentes à pesquisa realizada tecendo reflexões resultantes dos objetivos aos quais elencamos no início deste trabalho. Abordando as políticas públicas e como se dá sua efetivação e a forma como estão classificadas, abrangendo o universo em que elas são elaboradas e afirmadas. Pois as mesmas corroboram para que o cidadão brasileiro possa vir a ter melhor qualidade de vida ao se beneficiar de políticas públicas que venham ser efetivadas para a melhoria e capacitação do mesmo. Imprimindo seus resultados na construção do currículo escolar de suma importância para dentro do contexto das escolas no campo. Pois devido a questões que implicam nas vivências, no clima, entre outros elementos constituidores do universo do campo, a Escola Estadual de Ensino Médio Militina Pereira Alvarez não vigora com política pública voltada para a questão da escola do campo, e a construção do seu currículo. A educação brasileira do campo se beneficiou de três importantes políticas públicas, mas que nenhuma foi implementada na escola. Mas que vieram acrescer para o fortalecimento do homem que mora e vive no campo. Que há décadas atrás ficou relegada a melhores condições de vida. E com luta e bravura pouco a pouco foram conquistando seus direitos.

Sobre o currículo chegamos à conclusão de que não se concretiza um currículo voltado para o que lhe é específico e peculiar as escolas no campo, é possível afirmar que a educação no campo, vem se consolidando como um novo paradigma que orientará o currículo e a prática pedagógica nas escolas. Constatou-se que o corpo docente da escola pesquisada se esforça em contribuir com a realidade dos alunos e a promover a articulação entre os conteúdos e os aspectos da realidade por eles vivida. A escola busca promover a aproximação da realidade de seu aluno, onde o conhecimento e a autonomia são partes fundamentais da educação.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola apresenta diversos elementos que favorecem o homem do campo. Uma vez que cita aspectos a serem estudados, ressalta que o conhecimento deve ser trabalhado de forma contextualizada a partir dos interesses da comunidade além de ter como um dos seus objetivos o incentivo à agricultura. Mas que na sua maioria enquanto corpo discente e docente das escolas no campo não vive da agricultura, mas trabalham para a agricultura. Conseguiu-se verificar o entusiasmo e dedicação dos educadores pelos estudantes. Os alunos comprovaram que a distância da cidade e as tecnologias ainda fazem do campo um

lugar de distanciamento com as facilidades empreendidas a contemporaneidade. Consideramos que o currículo escolar não é pensado para os povos do campo, o que ficou impresso nas entrevistas com as professoras, as quais elencaram não possuírem nenhuma diferença com as escolas da cidade.

O que nos reporta a Demo (2000) onde o homem luta pela melhoria das suas máquinas, cada vez mais tecnológicas, imprimindo modernidade ao seu fazer, mas que desconstrói o indivíduo ao imprimir sua força, sua forma de fazer. O currículo sofre esta força, quando não é pensado na sua construção, de maneira a ouvir as vozes que permanecem ainda na esperança de serem observadas.

6 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

COLAVOLPE, Carlos Roberto; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira (Org.). **Trabalho pedagógico e formação de professores/militantes culturais: construindo políticas públicas para a Educação Física, Esporte e Lazer**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica a caminho de Habermas**. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Whitacker, Artur Magon (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. ENDLICH, Ângela Maria. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antonio; DELAMORA, Michele; CHAMUSCA, Adeleida (Org.). **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**, Secad, MEC. Brasília, 2007.

ESCOLA ESTADUAL MILITINA PEREIRA ALVAREZ, **Projeto Político Pedagógico**. 2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1987.

LOCKS, et al. Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios. Conjectura: filosofia e educação. **Conjectura: revista de filosofia**. Disponível também: World Wibe Web (<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura>. Caxias do Sul, RS, 2015. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). **Deliberações do MMC Brasil**. Brasília: MMC Brasil, 2004.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Políticas públicas e educação do campo: Em busca da cidadania possível? **Revista Travessias**, 1982.

PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre, Artmed, 2000.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, v.1, p. 21-42, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: Revista brasileira de educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análises, Casos Práticos**. 2. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. Os desafios do MST e da educação na atualidade brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v.31, n.2, 505-525 maio/agosto, 2013.

ZEN, E. L. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.